

Chase teme pela renovação de crédito

SÃO PAULO — “O Brasil tem que se considerar satisfeito pelo ato de os bancos manterem as linhas de curto prazo durante os seis meses de moratória unilateral, mas para mim é absolutamente impossível saber por quanto tempo mais os bancos manterão essas linhas. No momento, não há nenhuma obrigação contratual para os bancos manterem as linhas de curto prazo”. A afirmação é do Vice-Presidente do Chase Manhattan Bank (um dos maiores credores do Brasil), Roger Philip Hipskind, acrescentando que na questão da conversão da dívida quem deve fazer concessões é o Governo brasileiro.

Hipskind criticou o fato de o Plano Macroeconômico prever uma dependência muito grande dos bancos comerciais internacionais e muito pequena dos programas de financiamento da agências oficiais e multinacionais de crédito. Ele afirmou ainda que as autoridades brasileiras não apresentaram nenhuma alternativa de reescalonamento da dívida externa desde a metade do ano passado e por isso não poderia comentar a proposta do Governo de pagar **spread** zero.

O Vice-Presidente do Chase disse ainda que, de acordo com o mecanismo de conversão a ser aprovado pelo Governo brasileiro, haveria possibilidade de transformar, anualmente, US\$ 6 bilhões da dívida em capital de risco. O Chase participaria com 10 por cento desse volume de recursos, segundo Hipskind.

— Certamente o Governo poderá acomodar esse volume de recursos dentro do seu planejamento monetário. O mecanismo que está nascendo, porém, não está sendo bem desenhado, por proibir a remessa de dividendos nos primeiros anos, e isso não faz sentido, a não ser que o Brasil queira se manter em moratória por muito anos. Além disso, o desconto do deságio é muito alto. Tudo isso confirma a hostilidade do Brasil em relação ao capital estrangeiro. No fundo, tudo isso é uma questão de gerenciamento das autoridades brasileiras. Se elas quem lugar de destaque no mundo para o Brasil, terão que estar dispostas a fazer concessões às forças de mercado — disse o banqueiro.

Paralelamente, a Vice-Presidente do Manufacturers Hanover Trust, Ragnhild Melzi, afirmou que o banco só entrará investindo no Brasil se houver uma regra mentação que permita um fluxo de caixa anual para o capital convertido. Ou seja, Melzi quer que o Governo brasileiro permita o envio de dividendos já no primeiro ano de empreendimento, “já que se formos obrigados a enfrentar grande perda, os nossos acionistas não aceitarão”.

— Nossa experiência no México foi bastante positiva, e podemos trazê-la para o Brasil, afirmou Melzi.